



Prefeitura Municipal de Baixio
Baixio: Ação com Humanização
Gestão 2017-2020

LEI N° 507, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DIRETA, INDIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX, DO ART. 37, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BAIXIO - CEARÁ, Sr. JOSÉ HUMBERTO MOURA RAMALHO, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Baixio aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Municipal Direta, Indireta, as Autarquias e as Fundações Públicas poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei.

Parágrafo único. Entendem-se como temporárias e excepcionais as situações que sejam transitórias, eventuais e emergenciais.

Art. 2º Sem prejuízo do constante no art. 1º, considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

- I - assistência a situações de calamidade pública;
- II - assistência a emergências em saúde pública;
- III - combate a surtos epidêmicos;
- IV - combate a surtos endêmicos;
- V - assistência a emergências ambientais;
- VI - assistência a situações de segurança pública e combate às drogas;
- VII - fazer recenseamento e outras pesquisas de natureza estatísticas, desde que ocorram exclusivamente se visarem à prestação de serviços públicos ou lançamentos de tributos;
- VIII - admissão de professor, instrutor de ensino e profissionais da educação, nos termos previstos nesta Lei;
- IX - substituir servidor efetivo ou estabilizado que venha a se aposentar, exonerar, falecer ou afastar para capacitação, quando não houver servidor em condições de substituí-lo sem prejuízo do serviço;

Prefeitura Municipal de Baixio/CE. CNPJ nº 07.520.224/0001-73. Praça dos Três Poderes, S/N, Centro, do Município de Baixio/CE, CEP: 63.320-000.



Prefeitura Municipal de Baixio
Baixio: Ação com Humanização
Gestão 2017-2020

X - substituir servidor efetivo afastado, impedido ou licenciado por prazo superior a trinta dias, quando o serviço público não puder ser desempenhado a contento com o quadro remanescente, ficando a duração do contrato administrativo limitada ao período do afastamento, impedimento ou licença;

XI - substituir servidor efetivo cedido a outro órgão da administração pública federal, estadual ou municipal, desde que a cessão ocorra sem ônus ao município cedente, ficando a duração do contrato administrativo limitada ao período da cessão;

XII - atender a outras situações de comprovada urgência, na prestação de serviços públicos, especialmente:

a) durante a realização de concurso público e quando ocorrer a insuficiência de candidatos aprovados;

b) quando da suspensão ou anulação de concurso público;

c) quando o número de servidores efetivos for insuficiente para a continuidade dos serviços públicos, desde que não haja candidatos aprovados em concurso público aptos à nomeação, ficando a duração dos contratos limitada ao provimento dos cargos mediante concurso público subsequente;

d) quando houver cargos que ainda não foram ofertados ou suficientemente preenchidos através do concurso público, ficando a duração dos contratos limitada ao provimento dos cargos mediante a realização do certame;

e) quando da realização de convênios com Entidades Municipais, Estado e União, mediante transferência de recursos para financiamento de programas e projetos;

f) manutenção de programas de transferências voluntárias destinados às áreas da educação, saúde e assistência social, onde os contratados serão remunerados com esses recursos específicos, repassados pela União e pelo Estado.

XIII - atividades:

a) de pesquisa e desenvolvimento de produtos destinados à segurança de sistemas de informações;

b) de vigilância e inspeção, relacionadas à defesa agropecuária, para atendimento de situações emergenciais ligadas ao comércio de produtos de origem animal ou vegetal ou de iminente risco à saúde animal, vegetal ou humana;

c) técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante convênios ou contratos, desde que haja, em seu desempenho, subordinação do contratado ao órgão ou entidade pública.

Prefeitura Municipal de Baixio/CE. CNPJ nº 07.520.224/0001-73. Praça dos Três Poderes, S/N, Centro, do Município de Baixio/CE, CEP: 63.320-000.



Prefeitura Municipal de Baixio
Baixio: Ação com Humanização
Gestão 2017-2020

Parágrafo único. A contratação de professor, instrutor de ensino e profissionais da educação de que trata o inciso VIII do caput deste artigo poderá ocorrer em razão de:

- I - vacância do cargo;
- II - afastamento ou licença, na forma do regulamento;
- III - nomeação para ocupar cargo de direção, chefia ou assessoramento, na Administração Municipal Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional;
- IV - para suprir demanda de carga horária inferior à jornada de trabalho diária de 08 horas (40 horas semanais);
- V - nas hipóteses previstas no inciso XII, do artigo 2º, da presente Lei.

Art. 3º As contratações serão efetuadas pelo prazo de até 01 (um) ano, prorrogável por igual período, ou até o encerramento do acordo, ajuste, convênio ou motivo, que deu origem a contratação, ou até à cessação dos repasses financeiros vinculados aos programas específicos da União e do Estado, que ensejaram as contratações.

Art. 4º A remuneração do pessoal contratado nos termos desta Lei será fixada em valores não superiores à remuneração fixada para os servidores da mesma categoria conforme Quadro de Pessoal e Vencimento dos Servidores da entidade contratante que desempenhe função semelhante, ou, inexistindo a semelhança, na conformidade com os valores praticados no mercado de trabalho.

Art. 5º Os contratados farão jus às verbas trabalhistas previstas em Lei.

Art. 6º As servidoras gestantes, contratadas por termo determinado nos moldes desta Lei, terão direito à estabilidade provisória, nos termos do artigo 10, inciso II, alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e da Súmula nº. 244, do Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 7º As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei, serão apuradas mediante sindicância, que deverá ser concluída no prazo de até 30 (trinta) dias, assegurada ampla defesa.

Art. 8º O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á:

- I - pelo término do prazo contratual;
- II - por iniciativa de quaisquer das partes contratantes;
- III - uma vez concluída a finalidade de contratação.



Prefeitura Municipal de Baixio
Baixio: Ação com Humanização
Gestão 2017-2020

Art. 9º O pessoal contratado nos termos desta Lei será segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

Art. 10. O tempo de serviço prestado em virtude de contratação nos termos desta Lei, será contado para todos os efeitos.

Art. 11. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, específicas de cada secretaria ou órgão, vigentes no orçamento do corrente ano.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 1º de janeiro de 2017.

Paço da Prefeitura Municipal de Baixio, Estado do Ceará, em 17 de Fevereiro de 2017.

José Humberto Moura Ramalho
Prefeito